

BRUXELAS DESBLOQUEIA 714 MILHÕES DO PRR PORTUGUÊS

TRIBUNAIS DEBATEM FECHO DE PROCESSOS E PEDIDOS DE RESIDÊNCIA

ESCUTAS TELEFÓNICAS: GOVERNO DISPONÍVEL PARA ALTERAR LEI

QUEREMOS A VERDADE, DOA A QUEM DOER!

CRISTINA
RODRIGUES



DADOS DO RASI OMITEM VIOLÊNCIA CONTRA POLÍCIAS

Capture o código QR
e acompanhe Online



ATUALIDADE

PSD E CDS ESQUECEM PRINCÍPIOS E APOIAM COSTA EM BRUXELAS

CHEGA DIZ QUE APOIAR COSTA
É PREMIAR O POLVO DE INTERESSES INSTALADOS

P. 02



POR FOLHA NACIONAL

O antigo primeiro-ministro, António Costa, que se demitiu, em novembro de 2023, por suspeitas de corrupção na gestão de projetos de mineração de lítio e hidrogénio no país, volta agora a ser tema na ordem do dia, não só por ter sido indicado como principal nome para presidir ao Conselho Europeu, mas por estar envolvido no despedimento da antiga CEO da TAP, Christine Ourmières-Widener. Foi no passado dia 21 de junho, que vieram a público escutas que envolvem António Costa, e o então ministro das Infraestruturas, do governo socialista, João Galamba, sobre o despedimento da antiga CEO da TAP. De acordo com a CNN Portugal, que teve acesso às escutas, Costa ligou para Galamba, por volta das 18h12, do dia 5 de março do ano passado, e disse-lhe que “se isto se torna num inferno: é ela ou nós”, referindo-se a Christine Ourmières-Widener, informando o ministro das Infraestruturas que estava na altura de despedir a CEO da TAP, para estancar a indignação

junto da opinião pública. Segundo a CNN Portugal, ouve-se na escuta telefónica Costa a assumir ser necessário fazer cair a gestora francesa por razões políticas, para contenção de danos de imagem do Governo. “Já falei com o Fernando [Medina, então ministro das Finanças] e politicamente nós não nos safamos mantendo a senhora, nem a senhora se safa politicamente”, assumiu Costa a João Galamba. António Costa indicou ainda ter “um gajo muito bom” como solução para liderar a TAP, referindo-se a Luís Rodrigues, da SATA, justificando tratar-se de “um fator de tranquilidade e decompressão”. Note-se que Luís Rodrigues acabou mesmo por ser o nome escolhido, encontrando-se atualmente à frente da companhia aérea. Já Christine Ourmières-Widener prossegue um diferendo contra o Estado, a quem exige uma indemnização milionária depois do despedimento. “Isto significa que o Governo mentiu aos portugueses. Significa que o então primeiro-ministro mentiu aos portugueses. E o que fez foi

criar um artifício que levasse a um despedimento rápido da antiga CEO da TAP, para se livrar daquilo que ele chamou o inferno político de então”, começou por acusar o presidente do CHEGA, André Ventura. Após as escutas terem sido tornadas públicas, Ventura sustentou, em conferência de imprensa, na Assembleia da República, que “os elementos de conversação mostram uma coisa para lá de toda a evidência, que o despedimento da antiga CEO da TAP teve motivações políticas e não, ao contrário do que disseram, os então membros do Governo, Fernando Medina e João Galamba, motivações técnicas sustentadas nos relatórios e sobretudo sustentada na auditoria”. Por essa razão, o CHEGA avançou com um requerimento para a audição, na Assembleia da República, de António Costa e de João Galamba, para dar explicações aos deputados.

► “O CHEGA quer chamar António Costa ao parlamento para explicar qual foi o seu papel neste despedimento, quais foram os motivos e interesses por detrás e se é verdade que houve motivações políticas de cálculo e tática eleitoral”, disse Ventura.

“O CHEGA quer chamar com urgência António Costa ao parlamento para explicar qual foi o seu papel neste despedimento, quais foram os reais motivos e interesses por detrás deste despedimento e se é verdade, conforme as conversas indicam e as escutas reveladas demonstram, que houve motivações absolutamente políticas de cálculo e tática eleitoral na forma como foi despedida

a antiga CEO da TAP”, sustentou. O requerimento para ouvir no parlamento António Costa e João Galamba, sobre a demissão da ex-presidente executiva da TAP, acabou por ser chumbado, com os votos contra de PS e PSD, e como tal o CHEGA decidiu avançar com um requerimento potestativo para o efeito. Saliente-se que este escândalo surge numa altura em que o nome de António Costa foi, juntamente com Ursula von der Leyen e Kaja Kallas, aprovado para assumir, respetivamente, a presidência do Conselho Europeu, da Comissão Europeia e da diplomacia da UE na próxima legislatura. Uma escolha que não foi bem vista pelo líder do CHEGA, pois António Costa, pelas palavras de André Ventura, “se não serve para Portugal, não serve para a Europa”. Para Ventura, “nem que Cristo desça à terra” o CHEGA se congratulará com uma provável eleição de António Costa para a presidência do Conselho Europeu. André Ventura considerou, também, que o antigo primeiro-ministro “está sob suspeita”, no âmbito da ‘Operação Influencer’, e que “há uma operação em curso para branquear” António Costa. As notícias das escutas fizeram sobressair, mais uma vez, a polémica sobre o segredo de justiça, com os partidos de extrema-esquerda a quererem ouvir a Procuradora-Geral da República, Lucília Gago, na Assembleia da República. Ao que o CHEGA se opõe, tendo mesmo André Ventura declarado que “o CHEGA não vai alinhar na maior perseguição política, feita aos órgãos de justiça, desde o processo Casa Pia”, alegando que “é vergonhoso o ataque que estão a fazer à justiça” e que “a indignação com as escutas só tem uma razão, a de estar lá António Costa”. “Agora que mudou o Governo é que a esquerda está preo-

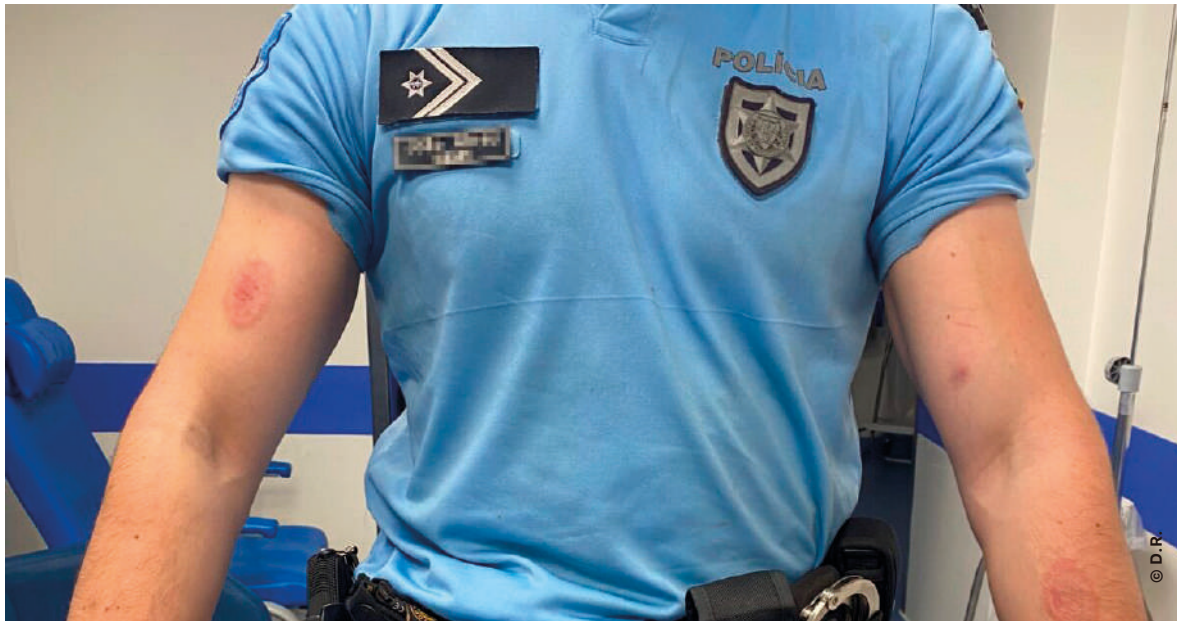
cupada em ouvir a justiça”, rematou. Sobre a hipótese de Lucília Gago ser ouvida no parlamento, Ventura alegou, de forma genérica, que o CHEGA nunca se oporá a que alguém seja ouvido na Assembleia da República. “Mas qual a razão para só se chamar ao parlamento as instituições judiciais e policiais quando os políticos são envolvidos?”, questionou. Em declarações à imprensa, à entrada para a Comissão Parlamentar de Inquérito ao caso das gémeas luso-brasileiras, dia em que foi ouvida a antiga ministra da Justiça, Catarina Sarmento e Castro, Ventura culpou os jornalistas de não questionarem Costa sobre as escutas, contribuindo para “a maior operação de branqueamento de um político” que alguma vez assistiu.

► “Nunca em nenhum outro processo em que se tenham revelado escutas, a indignação foi tanta como com António Costa. Ora, isto mostra um país ainda refém do socialismo, da direção e do comando de Costa”, afirma o líder do CHEGA.

Para o presidente do CHEGA, a questão é outra: “querem fazer crer que se transformou o país numa nova PIDE, mas o CHEGA não vai alinhar na perseguição política aos órgãos de justiça”. “Nunca em nenhum outro processo em que se tenham revelado escutas, a indignação foi tanta como com António Costa. Ora, isto mostra um país ainda refém do socialismo, da direção e do comando de António Costa”, sustentou.



DADOS DO RASI OMITEM VIOLÊNCIA CONTRA POLÍCIAS



POR FOLHA NACIONAL

De acordo com o Relatório Anual de Segurança Interna (RASI) de 2023 foram registados “13 feridos com necessidade de internamento, 828 feridos ligeiros e 540 agressões sem ferimentos”. Contudo, a Administração interna destacou mais de 1300 polícias agredidos, só entre janeiro e agosto de 2023, segundo o Diário de Notícias. Em paralelo, o Folha Nacional tomou conhecimento de dois casos de agressões contra polícias, no arranque desta semana, nomeadamente ao nível de agressões e ameaças – testemunhos que levam a crer que há mais ocorrências do que as registadas. No passado domingo, dia 23 de julho, um agente PSP ficou ferido, na sequência de desacatos no trânsito, em Belas/Sintra. O suspeito terá ameaçado e agredido o agente que se encontrava de folga, mas que se terá identificado como polícia. Segundo fonte próxima da PSP, a agressão ocorreu após uma discussão no trânsito, na rua Eduardo Ferreira Pinto Basto, junto aos Bombeiros Voluntários de Belas, quando um homem de 40 anos começou por ameaçar e agredir o polícia. “O polícia foi agredido na face e nas costas”, revelou a mesma fonte. O polícia foi transportado para o Hospital Fernando

Fonseca, na Amadora, com ferimentos ligeiros. O suspeito foi detido e transportado para a 88.ª Esquadra. Um outro caso, que aconteceu igualmente no passado domingo, dá conta de um polícia da PSP atropelado enquanto uma viatura circulava em contramão, em Odivelas. “Um dos suspeitos estaria na posse de arma de fogo”, garantiu fonte próxima da PSP ao Folha Nacional. Durante a abordagem, na Quinta de São José, em Odivelas, “o automóvel, que terá sido furtado em França, abalroou a viatura policial e atropelou um polícia.” O agente atropelado ficou ferido na perna direita e incapacitado para o serviço. Após tratamento do Hospital Beatriz Ângelo, em Loures, já teve alta hospitalar. Para o líder do CHEGA, André Ventura, estas ocorrências acontecem porque os “polícias perderam autoridade e capacidade de agir” e, por essa razão, defende que o país precisa de um “compromisso com os polícias, militares e bombeiros”. “Hoje temos polícias com medo de usar as armas, medo de intervir quando estão em assaltos, quando estão a tentar parar rixas. Temos polícias que têm medo de agir porque sabem que o prejudicado ao fim do dia não vai ser o bandido, vai ser o polícia,

com processos disciplinares, com perseguições e etc.”, acrescentou. Sustentando que “nos últimos anos, militares e polícias perderam 23% de poder de compra”, Ventura salientou que “Portugal não pode prescindir de militares, polícias e bombeiros motivados, satisfeitos e dignificados na sua profissão”.

► **“Temos polícias que têm medo de agir porque sabem que o prejudicado ao fim do dia não vai ser o bandido, vai ser o polícia, com processos disciplinares, com perseguições, etc.”, diz Ventura**

O presidente do CHEGA acusou ainda o Governo de ser aquele “que pior tem tratado” estes setores e voltou a prometer “equiparar o suplemento dado à Polícia Judiciária a todas as forças de segurança e aos guardas prisionais”. As negociações entre o Governo e os sindicatos, sobre a atribuição de um subsídio de risco, terminaram sem acordo depois de o Ministério da Administração Interna ter proposto um aumento de 300 euros no suplemento de risco da PSP e GNR, valor que seria pago de forma faseada até 2026.



EDITORIAL
por NUNO VALENTE
DIRETOR DO FOLHA NACIONAL

COSTA E O SONAMBULISMO

O povo português, por vezes, entra num tipo de sonambulismo anacrónico, muito por culpa dos políticos e das suas máquinas de propaganda, que ora ao centro com o PSD, sim, porque o PSD nunca foi de direita, ora com o PS e a sua poderosa máquina de comunicação.

Foi assim com as bancarrotas de Soares, que acabou como Presidente da República, foi assim com Guterres e o seu ‘pântano’, atualmente aclamado Secretário-Geral da ONU, e não tenho dúvidas, se Sócrates se candidatasse a Presidente da República teria um excelente resultado.

O tempo tudo faz esquecer, sobretudo quando as máquinas de propaganda, sobretudo do PS, trabalham para reescrever a história, com os seus ‘trolls’ de serviço (comentadores políticos e a comunicação social ‘mainstream’). Andamos neste tipo de sonambulismo há 50 anos, invertendo valores, esquecendo os que não podíamos esquecer, como os ex-combatentes, os ex-patriados de uma descolonização mal feita e feita à pressa em que socialistas, como Mário Soares e Almeida Santos, tiveram uma boa quota de responsabilidades.

É aquele “país ao contrário” que André Ventura tantas vezes alerta: um país que esqueceu quem garante o Estado de Direito, como as nossas Forças de Segurança e as nossas Forças Armadas, que esqueceu bombeiros e que deixou idosos a viver com pensões miseráveis.

Num último capítulo de sonambulismo, eis que António Costa, o grande ilusionista, após estar no centro de um caso no mínimo estranho, é obrigado a demitir-se de primeiro-ministro. Um homem hábil na arte do sonambulismo, que depois de um dos maiores escândalos de corrupção da história do país, é indicado para um cargo de topo na UE. Tudo isto acontece, como sempre, com o apoio e muleta do PS em 50 anos da nossa democracia, o PSD, que num sistema viciado sempre dividiram ‘tachos e tachinhos’ entre si. É esta clarividência e coragem na luta contra a corrupção, a oligarquia de Estado, o ‘amiguismo’ e a cunha, que fez do CHEGA, a única esperança para efetivar uma verdadeira mudança e acordar Portugal de uma vez por todas deste sonambulismo que nos mata como povo e como nação.

DIRIGENTES DO PSD "CORARIAM DE VERGONHA" COM APOIO A COSTA

FONTE: LUSA TÍTULO: FN

O líder do CHEGA considerou, esta quarta-feira, haver dirigentes do PSD que "corariam de vergonha" com o apoio do primeiro-ministro à candidatura de António Costa a presidente do Conselho Europeu, tendo Luís Montenegro admitido qualidades ao antigo chefe do governo socialista. No debate quinzenal, na Assembleia da República, André Ventura respondeu à referência à sua militância no PSD antes de formar o CHEGA, feita pelo primeiro-ministro, quando referiu que antigamente agitava a bandeira social-democrata atrás de si. "Não era só atrás de si, era atrás de outro primeiro-ministro que coraria de vergonha com o seu apoio a António Costa hoje em dia", afirmou, referindo-se ao antigo primeiro-ministro Pedro Passos Coelho. O presidente do CHEGA acrescentou que existem "outros que se hoje olhassem para o líder do PSD" e o ouvissem dizer que o antigo primeiro-ministro socialista "tem grandes qualidades de governo e de governação corariam de vergonha". "A história registará que liberais, socialistas e sociais-democratas se uniram para apoiar António Costa quando aqui o quiseram derrubar", afirmou.

► "Não era só atrás de si, era atrás de outro primeiro-ministro que coraria de vergonha com o seu apoio a António Costa hoje em dia", afirmou Ventura, referindo-se ao antigo primeiro-ministro Pedro Passos Coelho.

Em resposta, Montenegro salientou que fez oposição aos governos de Costa "do primeiro ao último dia", primeiro enquanto líder parlamentar do PSD, entre 2015 e 2017, e mais recentemente como presidente do PSD. "Significa que não tenho condições para reconhecer as suas capacidades para estar à altura de uma função que é de conciliação e de agregação de famílias políticas diferentes", questionou.

ESCUTAS TELEFÓNICAS: GOVERNO DISPONÍVEL PARA ALTERAR LEI



FONTE: LUSA TÍTULO: FN

O primeiro-ministro afirmou que o Governo está disponível para ponderar, com contributos da Assembleia da República, alterações no domínio da justiça penal, aludindo a áreas como o combate à violação do segredo de justiça ou escutas telefónicas. No debate quinzenal com o primeiro-ministro, o líder parlamentar do PSD, Hugo Soares, afirmou que a sua bancada está disponível para

"aprofundar a chamada reforma da justiça" e olhar para matérias relativas aos direitos, liberdades e garantias, e pediu a opinião do chefe do Governo. Na resposta, Luís Montenegro recordou que, em 2007, acompanhou como, deputado, o chamado pacto da justiça. "Quero confirmar que os objetivos do legislador em áreas como a detenção fora de flagrante delito, o combate à violação do segredo de justiça, o uso de interseções

telefónicas como meio complementar de prova – e não como meio exclusivo – não foram totalmente acolhidos na prática", admitiu Montenegro. O primeiro-ministro referiu que, nestas áreas, "há questões que preocupam a todos", sem nunca falar diretamente na divulgação de escutas envolvendo o antigo primeiro-ministro António Costa, sem relevância criminal no âmbito da chamada 'Operação Influencer'.

► "Quero confirmar que os objetivos em áreas como a detenção fora de flagrante delito, o combate à violação do segredo de justiça, o uso de interseções telefónicas, como meio complementar de prova, não foram totalmente acolhidos na prática", admitiu Montenegro.

"Havendo na sociedade portuguesa e na Assembleia da República disponibilidade para podermos ter na justiça penal alguma ponderação de alterações, o Governo, naturalmente, está disponível e não deixará de estar, com contributos da Assembleia da República", afirmou.

CHEGA ALERTA PARA TEMPO RECORDE NO PROCESSO DE NACIONALIDADE DAS GÉMEAS

POR FOLHA NACIONAL

O presidente do CHEGA, André Ventura, acusou esta terça-feira a antiga ministra da Justiça, Catarina Sarmento e Castro, de ter influenciado o processo de atribuição de nacionalidade às gémeas luso-brasileiras, tratadas no Hospital Santa Maria. As bebés conseguiram nacionalidade portuguesa em apenas "14 dias", contrariando o tempo médio para um processo de atribuição de nacionalidade que é, segundo o Consulado Português no Brasil, "no mínimo um ano". "Acha razoável um processo de atribuição de nacionalidade, a menores de idade,

ter demorado apenas 14 dias, quando o Consulado de Portugal no Brasil explica tratar-se de um processo que demora no mínimo um ano?", começa por questionar André Ventura, sublinhando que Catarina Sarmento e Castro está na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) ao caso das gémeas luso-brasileiras, "por ser responsável da justiça e por ser responsável política num tempo que tem a sua relevância". "As gémeas conseguiram a nacionalidade em menos de 15 dias, tal como todas as outras crianças", respondeu a ex-governante, transpondo, no entanto, esse tipo de

responsabilidade aos consulados: "todo este processo de nacionalidade de crianças no estrangeiro é levado a cabo pelos consulados".

► "A verdade é que o poder político se mobilizou para dar a uns, o que não dá aos outros. A ministra veio dizer que pediu esclarecimentos, mas não admite que não tem dados sobre o caso. E os prazos continuam sem bater certo", rematou Ventura.

Catarina Sarmento e Castro é o terceiro nome chamado à CPI ao caso das gémeas, para esclarecer a atribuição de nacionalidade às duas crianças. No seu discurso de arranque, a antiga ministra da Justiça vincou que o caso remonta a 2019, cerca de três anos anteriores à sua tomada de posse, a março de 2022, no 23.º governo constitucional. Durante o inquérito, o líder do CHEGA fez ainda sobressair que há registos de "representantes do cônsul dirigirem-se ao hospital para obter registos e criar o cartão de cidadão" e, por isso, questiona a antiga ministra se tem conhecimento de outro caso idênti-

co, ao que Catarina Sarmento e Castro justificou essa ação com a criação de uma "plataforma eletrónica que serviu para colocar transparência ao processo, acompanhada com a Inteligência Artificial para dar celeridade aos processos". "Sabe por que é que não sabe de outro caso como este, porque não aconteceu", rematou Ventura. "A verdade é que o poder político se mobilizou para dar a uns, o que não dá aos outros. A ministra veio dizer que pediu esclarecimentos, mas não admite que não tem dados sobre o caso. E os prazos continuam sem bater certo", finaliza o presidente do CHEGA.



TRIBUNAIS DEBATEM FECHO DE PROCESSOS E PEDIDOS DE RESIDÊNCIA



POR FOLHA NACIONAL

O presidente da Agência para a Integração, Migrações e Asilo (AIMA), Luís Goes Pinheiro, foi ouvido esta terça-feira no parlamento sobre o funcionamento do organismo, que tenta regularizar os 400 mil processos pendentes de imigrantes no país. Luís Goes Pinheiro precisou, na sua audição na comissão parlamentar, que há 342 mil pendências no capítulo de "manifestações de interesse e processos administrativos de autorização de residências", a que se somam "70 mil processos que estão em tramitação". Sublinhe-se que parte desses processos são referentes à figura da manifestação de interesse, uma ferramenta legal que o Governo extinguiu recentemente. "Quando esta direção da AIMA iniciou funções, prometeu resolver as pendências e estar a terminar os processos dos utentes da AIMA nos prazos devidos. Prometeu que o fazia até ao verão de 2025. Aquilo que eu quero aqui dizer é que vamos fazer isso", disse Luís Goes Pinheiro. Esta audição aconteceu no mesmo dia em que o Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais propôs ao Governo a criação

de uma equipa de juízes em todo o país para despachar processos judiciais relacionados com os pedidos de residência, em Portugal, apresentados por imigrantes. Contudo, de acordo com a Lusa, "a nova estrutura legal planeada pelo Governo para acelerar a resolução dos processos de imigração e asilo deve ficar instalada no Campus da Justiça e não vai ter juízes próprios, segundo a secretária de Estado Adjunta e da Justiça". "O propósito é aproximar fisicamente os juízes dos tribunais administrativos e fiscais e da jurisdição comum, mas em termos de mapa de pessoal eles estão, respetivamente, no Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa e no Tribunal da Comarca de Lisboa e cada um só exercerá as competências relativas à sua jurisdição. A estrutura não tem juízes próprios", afirmou Maria Clara Figueiredo, em resposta por escrito a questões da Lusa. "A governante clarificou que o que está a ser ponderado pelo executivo, em articulação com os conselhos superiores da magistratura, 'não é a criação de um tribunal, mas de uma estrutura jurisdicional' especializada, cuja competência 'certamente

será alargada', mas sem existir neste momento a definição de uma eventual abrangência nacional." Avança ainda a Lusa que "a proposta visa explorar a proximidade dos serviços associados a estes processos, considerando Maria Clara Figueiredo que 'o local mais racional é o Campus da Justiça'."

► "Quando esta direção da AIMA iniciou funções, prometeu resolver as pendências e estar a terminar os processos dos utentes da AIMA nos prazos devidos. Prometeu que o fazia até ao verão de 2025. Aquilo que eu quero aqui dizer é que vamos fazer isso", disse Luís Goes Pinheiro.

Recorde-se que, criada em outubro de 2023, a AIMA tem a responsabilidade de concluir o processo de regularização dos novos imigrantes — há milhares de pendências e uma ameaça de saída de quase um quarto do pessoal do organismo, no quadro da mobilidade da função pública.

VALIDADE DOS DOCUMENTOS DOS IMIGRANTES PRORROGADA POR UM ANO

FONTE: LUSA TÍTULO: FN

O Governo aprovou a prorrogação por um ano da validade dos documentos e vistos para imigrantes em território nacional e criou uma estrutura de missão para a recuperação dos processos pendentes. Em nota, após o Conselho de Ministros, o executivo cumpriu algumas promessas feitas na sequência da apresentação e aprovação do Plano de Ação para as Migrações, e prorrogou "até 30 de junho de 2025, a validade dos documentos e vistos relativos à permanência em território nacional", respondendo a um anseio já antigo dos imigrantes. O elevado número de processos pendentes na Agência para a Integração, Migrações e Asilo (AIMA), que foram estimados na terça-feira em 410 mil casos, tem dificultado o processo de renovação dos documentos de muitos imigrantes, sejam autorizações de residência, vistos de trabalho ou vistos de mobilidade da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. No comunicado, o governo refere que aprovou um decreto-lei que atribui à AIMA "uma missão de atração proativa de imigrantes", "assumindo e valorizando o Observatório das Migrações como órgão" daquela agência governamental.

MAIS 25 RADARES DE VELOCIDADE A FUNCIONAR A PARTIR DE 6 DE JULHO

FONTE: LUSA TÍTULO: FN

O Sistema Nacional de Controlo de Velocidade (SINCRO) vai ganhar 25 novos radares, no dia 6 de julho, que se juntam aos 98 já existentes, anunciou a Autoridade Nacional para a Segurança Rodoviária (ANSR). Em comunicado, a ANSR explica que, dos 25 novos Locais de Controlo de Velocidade (LCV), 14 são de velocidade instantânea e 11 de velocidade média. Entre outros locais, os radares vão ser instalados no IC2 (Oliveira de Azeméis, distrito de Aveiro), A29 (Santa Maria da Feira, em Aveiro, e Vila Nova de Gaia, no Porto), IC1 (Santana da Serra, concelho de Ourique, distrito de Beja), IP3 (Coimbra), EN18 (Évora), EN 125 (Albufeira, Faro), EN 6-7 (Carcavelos e Parede, em Cascais), IC17 (Loures), A43 (Campanhã, Porto) e no IC1 (Poceirão e Marateca, em Palmela-Alcácer do Sal). A ANSR explica que os locais dos novos radares (37 instalados em setembro de 2023 e 25 a 6 de julho) foram selecionados com base no excesso de velocidade registada naqueles locais, que se revelou relevante para a sinistralidade grave.

TRÊS DETIDOS COM 140 MIL DOSES DE COCAÍNA NO AEROPORTO DE LISBOA

FONTE: LUSA TÍTULO: FN

Três homens foram detidos, no sábado, no Aeroporto de Lisboa, por transportarem desde um país africano cocaína que daria para 140 mil doses individuais, informou a Polícia Judiciária (PJ). Fonte ligada ao processo disse à Lusa que a droga seria proveniente da Guiné-Bissau. A PJ refere, em comunicado, que esta foi mais uma investigação desenvolvida pela Unidade Nacional de Combate ao Tráfico de Estupefacientes, em conjunto com a Autoridade Tributária e Aduaneira, que se insere num conjunto de investigações, visando o combate ao tráfico de estupefacientes por via aérea. Estas operações têm por objetivo "o desmantelamento de grupos criminosos que se dedicam à introdução de significativas quantidades de produtos estupefacientes em território nacional". Os arguidos, 44, 46 e 61 anos, estão "fortemente indiciados pelo crime de tráfico internacional de estupefacientes" e foram ouvidos em primeiro interrogatório judicial, não sendo ainda conhecidas as medidas de coação. A Judiciária adianta que as investigações prosseguem para apurar os contornos da operação.

EDP RENOVÁVEIS VAI FORNECER ENERGIA SOLAR A TECNOLÓGICA DOS EUA

FONTE: LUSA TÍTULO: FN

A EDP Renováveis assegurou três contratos de longo prazo, com uma sociedade tecnológica, com sede nos Estados Unidos, para a venda de energia produzida em três projetos solares na Europa, num total de 133 megawatts (MW). Em comunicado enviado à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), a EDP, que detém a 71,3% da EDP Renováveis (EDPR), detalhou que os contratos dizem respeito a projetos solares localizados em Itália, Alemanha e França. "A EDP já assegurou mais de 70% dos cerca de 10 GW [gigawatts] estabelecidos como objetivo de adições para a

EDPR no período de 2024-2026, anunciado na revisão do Plano Estratégico em maio de 2024, continuando a reforçar o seu perfil de baixo-risco e a estratégia de crescimento baseada no desenvolvimento de projetos competitivos e com visibilidade de longo prazo, promovendo a aceleração da transição energética e a descarbonização da economia", refere a energética na mesma nota. Estes acordos dão continuidade a uma vaga de negócios que têm sido feitos na Europa para garantir eletricidade de origem renovável a empresas do setor tecnológico, que procuram descarbonizar as suas operações.

Este tipo de contratação, nota o grupo, permite à EDP "reforçar o seu perfil de baixo risco e a estratégia de crescimento baseada no desenvolvimento de projetos competitivos e com visibilidade de longo prazo, promovendo a aceleração da transição energética e a descarbonização da economia". Há duas semanas, a EDP Renováveis já havia assegurado, através da sua subsidiária norte-americana, um contrato de 20 anos com a Ontario Independent Electricity System Operator, para venda de energia, em Ontario, no Canadá, de armazenamento de energia através de baterias.



INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL QUADRUPLICAM LUCROS ATÉ MARÇO



FONTE: LUSA TÍTULO: FN

A Infraestruturas de Portugal (IP) registou um lucro de 36,8 milhões de euros, no primeiro trimestre, cerca de 280% superior aos 9,7 milhões do mesmo período do ano passado, segundo o relatório de execução orçamental publicado no 'site'. Nos primeiros três meses do ano, o resultado líquido obtido representou uma variação positiva de 12,4 milhões, face ao valor previsto no Plano de Atividades e Orçamento (PAO) 2024-2026, que era de 24,4

milhões. Naquele período, o resultado operacional foi positivo em 76,6 milhões de euros, registando-se uma variação negativa de 1,6 milhões de euros, face ao valor previsto em PAO e um aumento de 18,4 milhões de euros, face ao mesmo período de 2023. Já nos rendimentos operacionais registou-se um desvio negativo de 28,6 milhões de euros face ao PAO, justificado sobretudo pela descida das vendas e prestações de serviço em 15,9 milhões de euros, devido às variações negativas

dos rendimentos das receitas com portagens (-7,7 milhões de euros), da Consignação do Serviço Rodoviário (-3,7 milhões de euros) e dos Serviços Ferroviários (-3,7 milhões de euros).

► **O resultado líquido obtido representou uma variação positiva de 12,4 milhões, face ao valor previsto no Plano de Atividades e Orçamento 2024-2026, que era de 24,4 milhões.**

Foi ainda influenciado pelo valor das indemnizações compensatórias correspondentes ao primeiro trimestre, no valor de 22,3 milhões de euros, que representa menos 10,4 milhões de euros face ao previsto em PAO. Relativamente ao período homólogo, a IP registou um aumento dos rendimentos de vendas e prestações de serviço de 8,4 milhões de euros, devido essencialmente ao aumento dos rendimentos dos Contratos de Construção e dos Serviços Ferroviários, e do valor das indemnizações compensatórias.

PORTUGAL COM DÉFICE ORÇAMENTAL DE 0,2% NO 1.º TRIMESTRE

FONTE: LUSA TÍTULO: FN

O setor das Administrações Públicas registou um défice de 0,2% do Produto Interno Bruto (PIB), no primeiro trimestre, divulgou o Instituto Nacional de Estatística (INE). "Considerando os valores trimestrais e não o ano acabado no trimestre, o saldo das AP [Administrações Públicas], no primeiro trimestre de 2024, atingiu -118,9 milhões de euros, correspondendo a -0,2% do PIB, o que compara com 1,1% no período homólogo", de acordo com as "Contas Nacionais Trimestrais por Setor Institucional" do INE. Face ao mesmo período do ano anterior, verificou-se um aumento de 7,3% da receita e de 11% da despesa. O ministro das Finanças, Miranda Sarmento, referiu que a estimativa do Governo continua a ser de este ano e no próximo, "um excedente orçamental em torno de 0,2%-0,3% do PIB [Produto Interno Bruto]", que "era o que estava previsto inicialmente no Orçamento para 2024". Miranda Sarmento disse que o excedente é com base nas medidas aprovadas pelo Governo, mas admitiu ser necessário avaliar "que margem existe" para acomodar outras iniciativas. Considerando o ano terminado, no primeiro trimestre, o saldo das AP diminuiu 0,3 pontos percentuais, passando de uma capacidade líquida de financiamento de 1,2% do PIB, no quarto trimestre de 2023, para uma capacidade de financiamento de 0,9%, em resultado de um aumento da despesa (2,3%) superior ao aumento da receita (1,5%).

► **Miranda Sarmento disse que o excedente é com base nas medidas aprovadas pelo Governo, mas admitiu ser necessário avaliar "que margem existe" para acomodar outras iniciativas.**

Em termos trimestrais, registou-se um aumento de 11,1% da despesa corrente, em resultado da subida dos encargos com prestações sociais (11,6%), das despesas com pessoal (9,6%), dos encargos com juros (9,7%), do consumo intermédio (4,1%), dos subsídios (103,4%) e da outra despesa corrente (6,7%).



OPINIÃO

por **CRISTINA RODRIGUES** | **DEPUTADA**

QUEREMOS A VERDADE, DOA A QUEM DOER!

Tempos difíceis estes, em que certos políticos e cidadãos querem impedir a descoberta da verdade sobre uma eventual cunha milionária. Pelos vistos, há cunhas boas e cunhas más, dependem de quem se quer proteger. Sim, é isso que está aqui em causa. Não é a mãe das gémeas, nem o tratamento que as meninas tiveram acesso. É, sim, descobrir se houve ou não intervenção política, se há ou não responsabilidades de governantes, no acesso à obtenção da nacionalidade, ao SNS e ao medicamento Zolgensma, que custa a módica quantia de 2 milhões de euros. Não sabemos, ainda, se foi praticado algum crime ou se será possível apurar responsabilidades, mas temos a certeza que os factos conhecidos são mais do que suficientes para se investigar.

Sabemos, porque os próprios já o confirmaram: que Nuno Rebelo de Sousa remeteu um email ao seu pai, o Presidente da República, dando indicação que estava a ajudar uns conhecidos, com o processo de nacionalidade das filhas e que agora precisava de ajuda com o acesso a cuidados de saúde. Sabemos, também, que posteriormente foi remetido ofício para o Chefe de Gabinete do Primeiro-Ministro que seguiu para o Ministério da Saúde. Coincidência das coincidências, um ou dois dias depois, aparentemente, a consulta das meninas foi marcada pela secretária do Secretário da Saúde.

Os respetivos responsáveis políticos negam quaisquer responsabilidades, dizendo que não foram eles que pediram nada: afinal de contas, primeiro foi o assessor, depois o Chefe de Gabinete e depois a secretária.

É preciso agora ouvir os intervenientes, consultar os documentos, perceber o que aconteceu ou não aconteceu, mas uma coisa é certa: temos que apurar a verdade! Não se brinca com o dinheiro dos contribuintes, não se atribui vantagens a pessoas porque são amigas de certas personalidades, não se passam pessoas à frente nos serviços, principalmente, num país com tantas carências na área da saúde, onde há falta de profissionais, onde há urgências fechadas e listas infundáveis para se marcar uma simples consulta. É nosso dever enquanto deputados, assegurar transparência, exigir respeito e acima de tudo, procurar a verdade, doa a quem doer!

ESQUERDA ACUSADA DE PREPARAR MOTINS APÓS ELEIÇÕES

FONTE: LUSA TÍTULO: FN

A líder de direita radical, Marine Le Pen, acusou a extrema-esquerda de estar a preparar manifestações caso a União Nacional (RN) vença as eleições legislativas francesas e exigiu que todos, incluindo o Presidente Emmanuel Macron, peçam respeito pelos resultados. "O Presidente da República deveria antes pedir respeito pela democracia, pelas eleições", disse Le Pen, numa entrevista ao canal France 2, em reação a uma carta de Macron, em que dizia que os programas do RN e do França Insubmissa (esquerda) conduzem "à guerra civil". A líder de direita radical afirmou que se fosse a esquerda a ganhar as eleições, de 30 de junho e de 7 de julho, não haveria protestos, mas se fosse o seu partido "provavelmente haveria manifestações nas ruas". "Portanto, é a extrema-esquerda que é responsável", aumentou. Todas as sondagens publicadas desde a convocação das eleições dão como vencedor a direita radical que, aliada a alguns membros do partido de direita convencional, Os Republicanos (LR), e em particular ao seu presidente, Éric Ciotti, poderá obter até 36% dos votos na primeira volta. A nova Frente Popular (FP), que reúne a coligação dos quatro partidos de esquerda, ficaria em segundo lugar, com pouco menos de 30%, enquanto o bloco 'macronista' seria relegado para o terceiro lugar, com pouco mais de 20%. Os serviços secretos estão a antecipar tumultos, quando forem conhecidos os resultados da primeira e da segunda volta, como advertiu o prefeito da polícia de Paris, Laurent Nunez, numa entrevista à France Inter.



EX-MINISTRO RUSSO DA DEFESA COM MANDADO DE CAPTURA

FONTE: LUSA TÍTULO: FN

O Tribunal Penal Internacional (TPI) emitiu mandados de captura internacionais para o ex-ministro russo da Defesa e para o chefe de gabinete por terem atacado alvos civis na Ucrânia. O tribunal acusa o antigo ministro da Defesa, Sergei Shoigu, e o chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas russas, Valery Gerasimov, de crimes de guerra e do crime contra a humanidade de atos desumanos. Num comunicado, o TPI sublinhou que os mandados foram emitidos porque os juizes consideraram que havia motivos razoáveis para acreditar que os homens são responsáveis por "ataques com mísseis realizados pelas forças armadas russas, contra a infraestrutura elétrica ucraniana", de 10 de outubro de 2022 até, pelo menos, 9 de março de 2023. "Durante esse período, um grande número de ataques, contra várias centrais de produção de energia elétrica, foram realizados pelas forças russas", acrescentou o tribunal. No ano passado, o tribunal emitiu também um mandado de captura contra o Presidente russo, Vladimir Putin, acusando-o de responsabilidade pessoal pelos raptos de crianças na Ucrânia.

MARK RUTTE VAI ASSUMIR LIDERANÇA DA NATO

FONTE: LUSA



O neerlandês Mark Rutte terá desafios quando assumir o cargo de secretário-geral da NATO, em outubro, após a nomeação ter sido confirmada pelo Conselho da Aliança Atlântica, com a manutenção do apoio à Ucrânia no topo da lista. Rutte, 57 anos, que deixa a chefia do Governo dos Países Baixos, pode esperar muito trabalho, além de frear a ameaça colocada à Europa, pela liderança de Vladimir Putin, incluindo mudanças políticas em vários países europeus e noutras geografias e o possível regresso do republicano Donald Trump à Casa Branca. Entre os principais desafios do futuro secretário-geral da NATO, destacam-se o apoio à Ucrânia, a ameaça russa e adesão da Ucrânia, e os gastos em defesa.

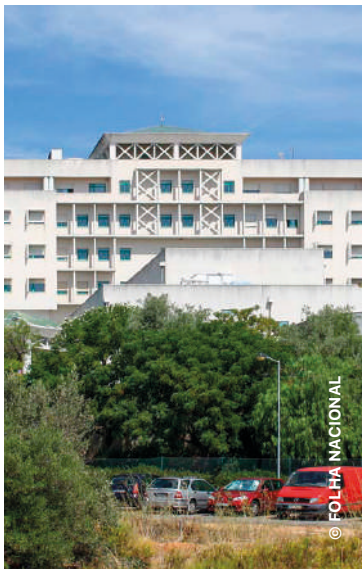
BRUXELAS DESBLOQUEIA 714 MILHÕES DO PRR PORTUGUÊS

FONTE: LUSA TÍTULO: FN

A Comissão Europeia aprovou uma decisão preliminar para desbloqueio de 714 milhões de euros, em verbas relativas ao Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) de Portugal, suspensas devido a reformas pendentes, entretanto concretizadas "satisfatoriamente". Em comunicado divulgado, o executivo comunitário dá conta da sua "avaliação preliminar positiva para levantar a suspensão do pagamento de 714 milhões de euros a Portugal", isto "após reconhecer os progressos realizados na execução" do PRR português. "Esta decisão vem na sequência de suspensões anteriores, em que a Comissão considerou que determinados marcos e objetivos não tinham sido satisfatoriamente cumpridos", recorda Bruxelas. Depois de ter retido cerca de 810 milhões, na sequência das reformas por concretizar no setor da saúde e das profissões regulamentadas em Portugal, no âmbito da terceira e quarta tranches do PRR, a Comissão Europeia entende agora que o país "tomou medidas para garantir que todos os marcos e objetivos pendentes foram satisfatoriamente cumpridos."

ULS ALGARVE A "FAZER TUDO" PARA NÃO FECHAR SERVIÇOS

De acordo com o clínico José Manuel Almeida, há especialidades onde a falta de médicos é mais carenciada, "o que obriga a encontrar respostas mais organizadas" que garantam a assistência médica na região, que no verão recebe milhares de visitantes. "Os problemas são sempre os mesmos e prendem-se com a falta de recursos humanos", disse o clínico em declarações à Lusa. "Enquanto que, em outras regiões do país, em que se fecharam urgências, podem ter respostas em rede, no Algarve, se tivermos problemas, estamos isolados, porque as urgências mais próximas estão a 300 quilómetros", destacou.



PROCURA DO AZEITE ESTÁ A GLOBALIZAR-SE A PAR DE MENOR PRODUÇÃO

A produção mundial de azeite duplicou desde 1990, para três milhões de toneladas anuais, mas a tendência de crescimento foi interrompida nas últimas duas campanhas, com dois níveis de produção muito baixos, segundo dados divulgados pelo COI —organização inter-governamental, criada pelas Nações Unidas, em 1959. Nos últimos dois anos, registou-se uma "escalada de preços sem precedentes" no azeite sendo o desafio "produzir mais e de forma sustentável".

ALEMANHA QUER EXPULSAR MIGRANTES QUE CELEBREM ATOS TERRORISTAS ONLINE

O vice-chanceler e ministro da Economia, Robert Habeck, declarou que "quem troçar da ordem liberal de base celebrando assassinios terríveis perde o direito a ficar". O diploma foi proposto pela ministra do Interior, Nancy Faeser, na reunião do conselho de ministros, numa reação ao ataque que fez um morto e vários feridos em Mannheim, no oeste do país. "Quem aprovar atos terroristas e os promover deve ir-se embora (...) o Estado tem grande interesse em deportá-los", sublinhou Habeck.

PORTUGAL REAL

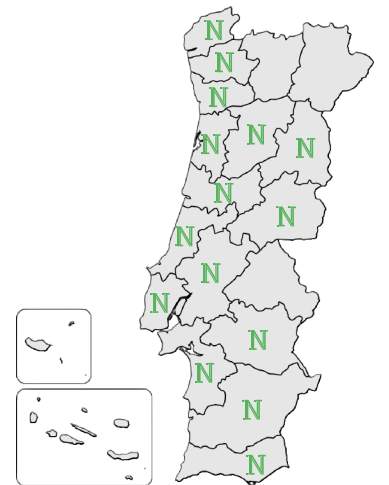
CHEGA LOURES HOMENAGEIA CAMÕES PELOS 500 ANOS DE NASCIMENTO



O CHEGA Loures propôs, na Assembleia Municipal, que reuniu a 19 de junho de 2024, em nome de todos os lourenses, uma homenagem a Luís de Camões, através da aprovação de um voto de saudação, reconhecendo a "sua contribuição para a cultura portuguesa e mundial". Esta homenagem surge como "um voto de saudação que representa um apelo à preservação e divulgação da sua obra, assegurando que as futuras gerações continuem a beber da fonte de sabedoria e bele-

za que Camões nos legou". Para o partido, a celebração dos 500 anos de Camões deverá representar "também a celebração da própria essência da nossa cultura e história". "A sua obra é um espelho em que nos desafia a continuar a construir um futuro digno", acrescenta. Assim, esta homenagem abrange "um convite a visitar a nossa literatura, a valorizar a nossa língua e a promover o conhecimento e a cultura como pilares de uma sociedade justa e progressista".

O Folha Nacional em Portugal



Cultural

ROCK IN RIO LISBOA REGRESSA AO PARQUE TEJO EM 2026

O festival Rock in Rio Lisboa vai regressar ao Parque Tejo em 2026, anunciou a organização. "A próxima edição está confirmada nesta casa linda que é o Parque Tejo", afirmou a diretora do festival, Roberta Medina, em conferência de imprensa para assinalar o último dia da 10.ª edição.

FESTIVAL EM OEIRAS COM PATTI SMITH, JUAN LUIS GUERRA E DJAVAN

O festival Jardins do Marquês, que acontece entre 3 e 10 de julho, em Oeiras, traz Patti Smith a Portugal pela segunda vez este ano, com um cartaz que inclui também Juan Luis Guerra e Djavan, entre outros. São sete noites com "concertos divididos por dois palcos ao ar livre".

"MILHARES DE PALAVRAS" REÚNE LETRAS DE TIM DOS XUTOS & PONTAPÉS

Livro com letras escritas pelo músico Tim, sobretudo para os Xutos & Pontapés, nos últimos 50 anos, foram reunidas para partilhar "letras completas" tendo Zé Pedro e Zé Leonel "como mestres". O livro reúne sobretudo letras que Tim escreveu para os Xutos & Pontapés, mas inclui também palavras que cantou em nome próprio.

Insólito da Semana

JOGO DE GOLF ACABA AO MURRO E PONTAPÉ

Apesar do golf ser sinónimo de tranquilidade, sossego, aproveitar a paisagem e o ar do campo, afinal existe quem prove o contrário. Tudo se passou nos Estados Unidos, quando um grupo de golfistas desencadeou uma cena de pancadaria, que envolveu murros, pontapés, bastonadas, acabando apenas com a intervenção da polícia local. A situação ficou registada em vídeo e terá começado quando um dos jogadores, não concordando com as regras, atirou uma das bolas de golf.

CANAL DE DENÚNCIAS

DÁ ESPAÇO À TUA VOZ E À TUA CIDADANIA!



euvi!



O canal seguro e confidencial para o cidadão.
Envia-nos a tua denúncia através do e-mail
euvi@folhanacional.pt

Capture o código QR e acompanhe Online ▶



O FOLHA NACIONAL É UMA PUBLICAÇÃO SEMANAL EM FORMATO IMPRESSO, PROPRIEDADE DO PARTIDO CHEGA. ACOMPANHA A MATRIZ DO JORNALISMO EUROPEU, DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO, DO COMBATE À CENSURA POSITIVA OU NEGATIVA E DA LUTA PELA MELHOR INFORMAÇÃO E MELHORES CONTEÚDOS. MARCA UM PENSAMENTO DE DIREITA CONSERVADORA NAS TRADIÇÕES PROGRESSISTA E AO MESMO TEMPO PATRIÓTICA EM MATÉRIA ECONÓMICA, NUMA PREMISSA DE QUE A ECONOMIA DEVE FUNCIONAR SEM O PESO EXCESSIVO DO ESTADO, SALVO EM MATÉRIAS DE INTERESSE NACIONAL, TAIS COMO A DEFESA NACIONAL OU A GESTÃO DE RECURSOS NATURAIS, COMO A ÁGUA OU A ENERGIA. DIRIGIR-SE A TODOS OS HOMENS E MULHERES DE PENSAMENTO LIVRE, QUE RESPEITEM OS VALORES FUNDAMENTAIS DA CIVILIZAÇÃO EUROPEIA, ASSENTES NA TRADIÇÃO JUDAICO-CRISTÁ.

DIRETOR NUNO VALENTE DIRETORA ADJUNTA PATRÍCIA DE CARVALHO SUBDIRETOR RICARDO DIAS PINTO EDITOR BERNARDO PESSANHA EMAIL GERAL@FOLHANACIONAL.PT TELEFONE (SEDE NACIONAL DO PARTIDO CHEGA) +351 21 396 12 44 MORADA DA REDAÇÃO E DO EDITOR (SEDE NACIONAL DO PARTIDO CHEGA) RUA MIGUEL LUPI, Nº 12, 1200-725 LISBOA NIF 515 540 420 NÚMERO DE REGISTO ERC 127829 IMPRESSÃO EMPRESA GRÁFICA FUNCHALENSE, S.A RUA DA CAPELA NOSSA SRA. DA CONCEIÇÃO 50, 2715-311 PÉRO PINHEIRO SÍTIO OFICIAL FOLHANACIONAL.PT TIRAGEM SEMANAL 25 600 UNIDADES